

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



RELATÓRIO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Nome do Responsável: Rafaela da Costa

Cargo do Responsável: Gerente do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP/MG)

Contatos do Responsável: (31) 3916-7955

Estado ou Município ou Distrito Federal: Minas Gerais

Referente ao período: 01/07/2016 a 31/12/2016

Nome do órgão: Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas / Superintendência de Promoção de Direitos

Humanos / Subsecretaria de Promoção e Defesa de Direitos Humanos / Secretaria de Estado de Direitos Humanos,

Participação Social e Cidadania do Governo do Estado de Minas Gerais

BREVE HISTÓRICO

(Descrição qualitativa: até uma 01 lauda, espaço 1/5, tamanho 12, Fonte Times New Roman)

O Governo do Estado de Minas Gerais, através desta Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), estruturou em 2011 o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PETP) por meio do Decreto 45870/2011, garantindo sua instituição na estrutura administrativa da SEDS conforme previsto na Lei Delegada nº 180/2011 e, atualmente, no Decreto nº 46.647, de 11 de novembro de 2014. Em 2015, iniciou-se as atividades para a transição do Programa para a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), assim em 2016 foi feita a transferência da Coordenação do Programa e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para esta Secretaria. A transição do PETP ainda não foi finalizada, a mesma findará após a publicação do Decreto de Competências da SEDPAC.

O PETP é responsável por articular política e tecnicamente a implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e promover a elaboração, implementação, execução, monitoramento e avaliação do Plano e Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Minas Gerais. Tem por objetivo desenvolver ações de articulação e integração dos poderes públicos e da sociedade civil, em prol do enfrentamento às violações de direitos favoráveis e correlatas ao tráfico de pessoas.

Para tanto, em agosto de 2012 o PETP implantou, em parceria com o Governo Federal, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), equipamento público de abrangência estadual, responsável por ações de articulação que promovam a prevenção e o acesso a direitos ao público suscetível e/ou afetado por violações correlatas ao tráfico de pessoas. Para tanto, favorece o fomento, instrumentalização e referenciamento de redes que possam atuar no enfrentamento ao tráfico de pessoas, segundo as diretrizes e metodologias traçadas pelo PETP. A execução e gestão do equipamento se dá de forma direta desde novembro de 2016.

Em dezembro de 2012 o PETP articulou a criação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Pessoas (CIETP) contando, incialmente, com a participação de 23 instituições públicas de fundamental relevância para o enfrentamento desse fenômeno em nosso Estado. Em Agosto de 2014, após processo eleitoral em assembleia própria, representantes da sociedade civil organizada, instituições de ensino superior e entidades de classe foram integradas ao CIETP, conforme previsto no Decreto nº 46.439, de 12 de fevereiro de 2014, que institui esse espaço colegiado. No ano de 2015 o escopo de atuação do Comitê foi ampliado, por meio do Decreto nº 46.849, de 29 setembro de 2015 que instituiu o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo – COMITRATE-MG, e foi instalado por meio da Resolução SEDPAC 02/2016 em 28 de janeiro de 2016.

Além das duas frentes de atuação vinculadas à estrutura administrativa do PETP, o Programa encontra-se em processo de implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), visando à atenção humanizada ao migrante em trânsito pelo local onde o serviço esteja estabelecido. Compete ao PAAHM a oferta de serviços de orientação sobre procedimentos migratórios, bem como a articulação de redes que favoreçam a promoção dos direitos desse público, especialmente ao migrante deportado ou não admitido no país de destino.

. POLÍTICA E/OU PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AC	TRÁFICO DE PESSOAS
Meta 2.A.1 do II PNETP	1.2. Como é o desenho administrativo de implementação da Política e/ou Programa de ETP do seu estado, município ou Distrito Federal? a. () Coordenação específica de ETP b. () Diretoria específica de ETP c. () Vinculado a Chefia de Gabinete d. () Coordenação compartilhada com outros temas e. (x) Diretoria compartilhada com outros temas f. () Superintendência compartilhada com outros temas g. () Outro, qual:
c/ou Programa de ETP do seu Estado, Município ou Distrito Federal existem outras políticas e/ou programas e/ou agendas que compartilham da mesma estrutura (ex: de coordenação, diretoria etc.)? (x) Sim (y) Não Se respondeu sim, assinale qual:	Meta 2.A.2 e 2.B.3 do II PNETP 1.4. A P o lítica e/ou Programa de ETP já teve Convênio com a CETP/DEJUS/SNJ/MJ? Cite q u a l nº, período de vigência, objeto e orçamento previsto.
	Objeto do Convênio: Constituir um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico



SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



 (x) Política de refúgio () Política de enfrentamento à violência sexual () Outra, descreva: Migração e Apatridia. 	de Pessoas (NETP-MG), bem como promover capacitações e ações de divulgação do PETP em Minas Gerais Orçamento: R\$ 367.584,89
com a CETP/DEJUS/SNJ/MJ? Cite qual nº, período de vigência e objeto do Acordo de Cooperação. a. () Sim, atualmente em vigência. b. () Sim, mas atualmente não está mais em vigência. c. (x) Não, nunca possuiu.	1.6. A Política e/ou Programa de ETP no desenho administrativo do seu Estado, Município ou Distrito Federal contempla quais e quantos serviços de ETP? a. (x) NETP. Quant.: 01 b. () PAAHM. Quant.: c. (x) Comitês Estaduais, Municipais ou Regionais. Quant.:01 d. () Outro: e. () Nenhum dos serviços citados acima.
2. NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESS	OAS (NETP) Meta 2.B.3 do II PNETP
	2.2. Está i n s t i t u c i o n a l i z a d o ? Cite a normatização v i g e n t e Decreto, Resolução, Lei, entre outros): a. () Sim b. (x) Não Se respondeu sim, assinale qual e descreva o nº: () Lei () Decreto () Resolução () Outro, qual: Descreva o nº:
2.3. Quantos funcionários atuam no NETP? A. () 01 b. () 02 c. (x) 03 d. () 04 c. () 05 c. () 06 g. () 07 n. Outro, quantos:	2.4. Assinale o(s) c a r g o (s) e/ou f u n ç ã o (s) q ue e x i s t e (m) e é (são) exercida(s) pelo(s) funcionário(s) que atuam no NETP? a. () Estagiário b. () Assessor c. (x) Gerente d. (x) Coordenador e. (x) Técnico Social f. () Psicólogo g. () Advogado h. () Assistente Social i. () Auxiliar e/ou apoio 3dministrative j. () Gestor Social k. () Outro, qual:
	Meta 2.A.1, 2.A.2 e 2.B.3 do II PNETP



2.5. Em relação ao(s) cargo(s) e/ou função(s) que existe(m) e é (são) 2.6. Descreva a previsão orçamentária do NETP?

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Exercida(s) pelo(s) funcionário(s) que atua(m) no NETP, indique as áreas de formação. a. () Direito b. (x) Psicologia	Nº do Programa no PPAG: 4060 (ATENÇÃO AO IMIGRANTE E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO)
c. () Serviço Social d. () História e. () Administração	Valor do orçamento previsto no PPAG: R\$ 700.000,00
f. () Ciências Sociais	Indique o site do Poder Legislativo de monitoramento do
g. (x) Outro, qual: Comunicação Social	Planejamento Orçamentário do PPA:
	http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcame nto_publico/ppag/monitoramento.html
	Nº do Programa no PPAG: 034 - MINAS MAIS SEGURA. Ação 1125 — Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Nº da Emenda: 520
	Valor do orçamento previsto no PPAG: 450.000,00
	Indique o site do Poder Legislativo de monitoramento do Planejamento Orçamentário do PPA: http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcame

Meta 2.A.1 do II PNETP

2.7. Existe algum instrumento jurídico que favoreça a execução do NETP?

(x)Sim

() Não

	INSTRUMENTO JURÍDICO	NOME/NUMERO	LINK
01	Convênios com ONGs, OSCIP e OS		
02			



3. POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO HUMANIZAD	OO AO MIGRANTE (PAAHM)
	Meta 2.B.3 do II PNETP
3.1. Qual a data de implantação do PAAHM? Atualmente está e funcionamento? Data: Dia Mês Ano a. () Sim b. (x) Não	3.2. Estáin stitucion alizado? Cite anormatização vigente (Decreto, Resolução, Lei, entre outros): a. () Sim b. (x) Não Se respondeu sim, assinale qual e descreva o nº: () Lei () Decreto () Resolução () Outro, qual: Descreva o nº:
3.3. Quantos funcionários atuam no PAAHM? a. () 01 b. () 02 c. () 03 d. () 04 e. () 05 f. () 06 g. () 07 Outro, quantos:	3.4. Assinale o (s) c a r g o (s) e/ou f u n ç ã o (s) que existe (m) e é (são) exercida(s) pelo(s) funcionário(s) que atua(m) no PAAHM? a. () Estagiário b. () Assessor c. () Gerente d. () Coordenador e. () Técnico Social f. () Psicólogo g. () Advogado h. () Assistente Social i. () Auxiliar e/ou apoio administrativo j. () Gestor Social Outro, qual:
3.5. Em relação ao(s) cargo(s) e/ou função(s) que existe(m) e é (sâ	Meta 2.A.1, 2.A.2 e 2.B.3 do II PNETP (io) 3.6. Descreva a previsão orçamentária do PAAHM?
exercida(s) pelo(s) funcionário(s) que atua(m) que atuam PAAHM, indique as áreas de formação. a. () Direito b. () Psicologia c. () Serviço Social d. () História e. () Administração f. () Ciências Sociais g. () Outro, qual:	
Meta 2.A.1 do II PNETP	
 3.7. Existe algum instrumento jurídico que favoreça a execução de a. () Sim b. () Não 	PAAHM?

	INSTRUMENTO JURÍDICO	NOME/NUMERO	LINK
01	Convênios com ONGs, OSCIP e OS		
02	Termos de Parceria		
03	Contrato (Pregão eletrônico e/ou presencial, etc.)		

0.4		Secretaria	Nacional de Justiça	Ministério da Justiça	GOVERNO FEDERAL
04 05	Acordos de Cooperação Conyênio com órgãos do Governo Federal				PÁTRIA EDUCADORA
		,			
4. C	OMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO TI	RÁFICO D	E PESSOAS		
Pess a. o. c.	Qual a abrangência do Comitê de Enfrentan toas do seu estado e/ou município? (x) Estadual () Regional () Municipal () Outro, cite qual:	nento ao Trá	está em funcion Dia Mé 29 09 a. (x) Sim b. () Não Obs.: De 201	amento? San Ano 2015 2015 23 a 2015 funcionou o C to ao Tráfico de Pessoa	do Comitê (citar) ? Atualmen Comitê Interinstitucional de s (Decreto n° 46.439, de 12 de
	1.A.6 e 2.A.1 do II PNETP				
publ	Está institucionalizado? Cite a normatização licação (Decreto, Resolução, Lei, entre outro (x) Sim () Não Se respondeu sim, assinale qual e desc () Lei (x) Decreto () Resolução () Outro, qual: Descreva o nº: Decreto o nº: 46.849/20 setembro de 2015.	os): reva o nº:	a. (x) Mensa b. () Bimen c. () Trimes d. () Quadri e. () Semest f. () Outra		io Comité Estadual?
4	Meta 2.E.3 e 2.H.2 do II PNETP 1.5. O Comitê é composto por qua organizações sociais? Assinale abaixo a sua r	representaçã	ăo. o. () Poo i.	ribunal Regional do Tra der Executivo, assinale ((x) Área da educação (x) Área da Saúde	os numerais abaixo:

- assinale abaixo quais:
- (x) Defensoria Pública Estadual a.
- (x) Defensoria Publica da União
- (x) Ministério Público Estadual
- (x) Ministério Público Federal
- (x) Ministério Público do Trabalho e.
- (x) Ministério do Trabalho e Emprego f.
- (x) Departamento de Polícia Federal
- (x) Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- (x) Polícia Civil
- (x) Polícia Militar j.
- () Guarda Municipal k.
- (x) Tribunal de Justiça
- m. (x) Justiça Federal

- iii. (x) Área da Assistência Social
- iv. (x) Área de Direitos Humanos
- v. (x) Área de Segurança Pública ou Defesa Social
- vi. (x) Área do Turismo
- vii. (x) Área do Trabalho
- (x) Instituições de Ensino
-) Instituições e/ou organizações Religiosas q.
-) Conselhos de Classe r.
- () Conselhos Consultivos e Deliberativos
- (x) Organizações da Sociedade Civil
- () Sindicados de Classe
- Outra, cite qual:_



4.5. Contextualização do Comitê

Em dezembro de 2012, o PETP articulou a criação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIETP) contando, incialmente, com a participação de 23 instituições públicas de fundamental relevância para o enfrentamento desse fenômeno em nosso estado. Em Agosto de 2014, o CIETP também passou a ser integrado por representantes da sociedade civil organizada, instituições de ensino superior e entidades de classe, eleitos em assembleia própria, conforme previsto no Decreto Estadual nº 46.439, de 12 de fevereiro de 2014, que institui o CIETP. O CIETP reuniu-se desde sua criação 24 (vinte e quatro reuniões) ininterruptas sob a coordenação da Secretaria de Estado de Defesa Social, por meio do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ao final de 2014, o CIETP elaborou uma Carta Aberta ao Governado do Estado de Minas Gerais, eleito para gestão 2015-2018, solicitando, dentre outros pontos, a revisão do Decreto nº 46.439/2014, visando à inclusão expressa da temática de enfrentamento ao trabalho escravo na competência do Comitê, incorporando a experiência de outros Estados da Federação, que contam com Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAEs -, a proposta foi aceita, nesse sentido em 29 de setembro de 2015 foi instituído por meio do Decreto nº 46.849 o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo - COMITRATE-MG, uma importante oportunidade para que Minas Gerais avance no contexto nacional, aproximando organicamente as instituições e os esforços para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e para o enfrentamento de violações de direito relativas às outras temáticas. Em novembro de 2015 foi feita a eleição da sociedade civil para compor o referido Comitê. As reuniões ordinárias do COMITRATE são realizadas por meio de câmaras técnicas, atualmente as mesmas estão construindo projetos de lei para instituir as políticas estaduais de atenção ao migrante, enfrentamento ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo.



6. MONITORAMENTO DOS CASOS DO NETP

Ministério da Justiça



5. PLANO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSO	AS
5.1. Existe Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas?a. () Simb. (x) Não	 5.2. Qual a abrangência do Plano de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas do seu estado e/ou município? a. () Estadual b. () Regional c. () Municipal d. () Outro, cite qual:_
5.3. Data de aprovação e vigência do Plano: Dia Mês Ano	5.4. Existe monitoramento da execução das ações do Plano?a. () Sim
Início:_ Fim:	b. () Não Se respondeu sim, como se monitora:

Modalidade	Quantidade total de casos acompanhados	Quantidade total de casos em andamento	Quantidade de casos arquivados e/ou encerrados	Total de Pessoas atendidas pelo Núcleo	Quantidade de crianças e adolescentes atendidos
a. Exploração sexual³	01	01	0	Em levantamento	Em levantamento
b. Exploração laboral da prostituição	0	1	0	0	0
c. Trabalho em condição análoga a de escravo	04	04	0	365¹	0
d. Casamento servil	0	0	0	0	0
e. Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo	0	0	0	0	0
f. Prática de atividade criminosa	0	0	0	0	0
g. Adoção ilegal	0	0	0	0	0
h. Outros. Quais	0	0	0	0	0
Nº Total	05	05	0	365	0

Notas:

- 1- Em um dos casos de exploração laboral não foi possível identificar o número total de vítimas.
- 2- O NETP/MG acompanhou no segundo semestre do ano corrente 09 (nove) situações com suspeita de tráfico de pessoas, sendo 5 (cinco) delas situações nas quais foram identificados indícios de tráfico de pessoas (dados destacados na tabela acima) e 4 (quatro) situações que se encontram em verificação de indícios de tráfico de pessoas, portanto não se pode afirmar até o momento que os mesmos são casos de tráfico de pessoas (dados não contabilizados na tabela).
- **3-** No item "total de pessoas atendidas pelo NETP" foram contabilizados os atendimentos diretos e/ou aqueles promovidos por outro equipamento público através de articulações da equipe do Núcleo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Meta 2.D.1 do II PNETP										
6.2. Utiliza o Formulário de Atendimento	6.3. U	6.3. Utiliza Formulário próprio do estado, município ou Distrito Federal?								
a. (x) Sim				x) Sim	1	1		, 1		
b. () Não			b. () Não						
7 MONITODAMENTO DOS CASOS	DO DA AIIM									
7. MONITORAMENTO DOS CASOS	DO PAAHM									
	Quantidade total	Quantidade		Quantidade de		de Pesso	as	uantidade de crianças e	•	
Modalidade	de casos	de casos e		casos arquivados		didas pel Posto	o a	dolescentes		
	acompanhados	andament	.0	e/ou encerrados		FUSIO		atendidos		
a. Exploração sexual										
b. Exploração laboral da prostituição							N	lão se aplica		
c. Trabalho em condição análoga a de escravo										
d. Casamento servil										
e. Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo										
f. Prática de atividade criminosa										
g. Adoção ilegal										
h. Outros. Quais										
Nº Total										
Nota: Para registro e memória, salientamos que o modalidades: xxxxx.	Posto realizou xxx ate	endimentos n	o períod	lo de xxx a xxx, se	endo id	entificada	as as segu	uintes		
Meta 2.D.1 do II PNETP										
7.2. Utiliza o Formulário de Atendiment	o da Rede de N&	:P?	7.3. U	Utiliza Formul	ário p	róprio o	lo estac	lo, municí	pio ou Distrit	to Federal?
a. () Sim				() Sim	1	1			1	
b. () Não			b. (() Não						
8. REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS										
Meta 5.A.1, 5.A.3 e 5.A.4 do II PNETP			Meta 5	5.A.1, 5.A.3 e 5.A	.4 do II	PNETP				
	realização de c	ampanhas.	. \(\mathbb{8}.2. \) O que foi produzido para essas campanhas (seja em parceria ou sem							
Quantas e quais?			parce	eria)? E em qua	al qua	ntidade	?			
a. () Aderiu à campanha nacional do	poder público		N°	Material Produ	ızido	Sim	Não	Quant.	1	
b. () Realizou campanha estadual do			01	Folders		X				
c. () Realizou campanha municipal do poder públicod. () Colaborou com campanha estadual do poder público			02	Cartilhas		X				
			03	Cartazes		X				
e. () Colaborou com campanha municipal do poder público			04	Faixas						
f. (x) Colaborou com campanhas de ONGs			05	Banners					_	
g. () Colaborou com campanhas de eh. (x) Outro: Realizou Caravanas de l			06	Spots de rádio					_	
Pessoas	Limentamento ao	, manco u	e 07	Vídeos				<u> </u>	_	
9. REALIZAÇÃO, COLABORAÇÃO	E PARTICIPA	CÃO EM	CAP	ACITACÕES	S. SEN	/INÁR	IOS E	PALEST	RAS	
Meta 3.A.3, 3.A.4, 3.A.5, 3.A.7, 3.A.9, 3.A.11, 3.A.		-		_						

9.1 Preencha o quadro abaixo em caso de realização e/ou colaboração e/ou participação em Capacitação:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



CAPACITAÇÃO Matriz		Nº de	Carga-Horária	Público	Tema	Local	
	Nacional E	TP	participantes				
Realizou	Sim	Não	91	4 horas	Agentes públicos e sociais, estudantes e interessados no assunto.	A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas e a interface com a migração e trabalho escravo.	Poços de Caldas, Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares.
Realizou	Sim x	Não	09	3 horas	Agentes públicos e gestores	Atendimento às vítimas de tráfico de pessoas	Governador Valadares
Realizou	Sim x	Não	13	3 horas	Agentes públicos	A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas	Belo Horizonte
2. Seminário		Matriz Nacional ETP		Carga-Horária	Público	Tema	Local
Realizou	Sim	Não	_				
Colaborou	Sim	Não					
Participou	Sim	Não					
3. Palestras	Matriz Nacional E	Matriz Nacional ETP		Carga-Horária	Público	Tema	Local
Realizou	Sim	Não	25 pessoas	3 horas	Participantes do Curso de Formação em Direitos Humanos.	A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas	Belo Horizonte
Colaborou	Sim	Não					
Participou	Sim	Não					

(Observações:				



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



10. REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E/OU PESQUISAS E/OU G	UIAS/MANUAIS PROCEDIMENTAIS
Meta 4.A.2 e 4.A.7 do II PNETP	
10.1. Já realizou algum estudo e/ou pesquisa? Quantos? Quanto custou? (x) Sim, quantos: 01 orçamento: R\$147.000,00 () Não	10.2. Qual o período de vigência do estudo e/ou pesquisa? (em caso de mais de uma pesquisa, citar o período de vigência de cada uma). Início: 2014 Fim:2015
10.3. Qual instituição realizou e qual o título da pesquisa e/ou estudo? Fundação de Apoio Universitário - FAU	Meta 4.A.2 e 4.A.7 do II PNETP 10.4. Houve publicação do estudo e/ou pesquisa? Se sim, citar link ou forma de acesso à publicação: a. () Sim b. (x) Não Link:
Meta 4.B.3 do II PNETP	
10.5. Já realizou algum guia/manual? Quantos? Quanto custou?	10.6. Qual instituição realizou e qual o título do guia/manual?
a. () Sim, quantos:orçamento: b. (x) Não	
a. () Sim b. (x) Não Link: 11. PRODUÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO EM DOCUMENTÁ	RIOS E/OU VÍDEOS
11.1. Já realizou e/ou participou de algum documentário(s) e/ou vídeo(s)? Quantos? Quanto custou? a. () Sim, quantos:orçamento: b. (x) Não	a 11.2. Qual instituição realizou, período e qual o título do docum entário(s) e/ou vídeo(s)?
11.3. Houve reprodução na web ou semelhante? Se sim, citar link o a. () Sim b. (x) Não Link:	u forma de acesso ao documentário e/ou vídeo:
12. REPERCUSSÕES E/OU DIFUSÃO NA MÍDIA: JORNAL	IMPRESSO, RÁDIO, TELEVISÃO E INTERNET
12.1. Houve alguma repercussão da atuação do NETP, PAAHM e Comitê em alguma mídia?	12.2. Em qual mídia e quando?
a. (x) Sim, quantas vezes: 02 b. () Não	N° MÍDIA SIM NÃO QUANDO 01 Jornal impresso 02 Rádio 03 Televisão x Novembro/2016 04 Internet x Novembro/2016



SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



12.3. Houve reprodução na web ou semelhante? Se sim, citar link ou	forma de acesso à repercussão e/ou difusão na mídia:	
a. () Sim		
b. () Não		
Link: http://www.gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/sedpac-	realiza-caravana-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas-em-montes-	
13. ARTICULAÇÃO DE REDES		
13.1. Participa de Conselhos e/ou Comitês correlatos ao ETP? (x) Sim, qual: : Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e adolescentes do Estado de Minas Gerais (FEVCAMG); Comitê Mineiro de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nos Grandes Eventos (Comitê Local);	a. () Sim, quantas:	